

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME II

LVI
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

A PARTICIPAÇÃO DO HISTORIADOR NUMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR DE RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E OBRAS DE ARTE (*).

ANTONIETA DE AGUIAR NUNES
da Faculdade de Filosofia "Prof. Carlos Pasquale" (SP).

Modernamente todos os trabalhos de algum fôlego já não são mais feitos por profissionais isolados ou mesmo escritórios de uma só especialidade, mas sim por equipes interdisciplinares que abordam o tema nos seus vários ângulos e aspectos. No que se refere a arquitetos é muito comum vermos que se associam a sociólogos, economistas, geógrafos, psicólogos sociais, bem mais raramente a historiadores, na elaboração do Plano Diretor de alguma cidade ou em projetos de urbanismo, por exemplo.

Há um campo tradicionalmente ligado à Arquitetura, no entanto, em que a contribuição do historiador se faz indispensável: restauro e conservação de monumentos e obras de arte. Quer o interesse fundamental seja o valor artístico da peça ou monumento, quer o seu valor histórico, em ambos os casos o historiador deve estar presente procurando documentação, fazendo-lhe a crítica, estabelecendo datas, períodos, evoluções. Na falta do historiador muitos arquitetos se lançam a este trabalho, com resultados muitas vezes felizes — veja-se o caso dos arquitetos do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que ao longo de sua carreira acabam se tornando um misto de arquitetos e historiadores. O correto neste caso seria que eles tivessem as duas formações: a de arquiteto e a de historiador, do mesmo modo que para se ser um bom historiador social, economista ou político é preciso ter as formações de historiador e sociólogo, historiador e economista, historiador e cientista político. Ora, todos sabemos que dado o grande número de anos de estudos que isto exige, raros são os especialistas que chegam a fazer cursos regulares nos dois campos. Uma

(*) — Comunicação apresentada na 8ª sessão de estudos, Equipe D, no dia 7 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

solução mais rápida e com frequência bem mais eficiente é o trabalho em equipe formada por especialistas em vários campos, com um mesmo nível de estudos e preocupações.

Os arquitetos, talvez melhor do que nós do campo da História, já entenderam isto e já trabalham em muitos projetos em colaboração com especialistas de outras áreas. E começam a sentir a necessidade da colaboração do historiador numa série de projetos específicos. É para nós uma nova abertura profissional que exige uma certa adaptação à linguagem prática daqueles que elaboram projetos, conseguem financiamento e só depois partem para a execução e término da obra proposta.

Nesta comunicação pretendemos, apenas para conhecimento daqueles que não tiveram experiência de trabalho com arquitetos num projeto de restauro e conservação de algum monumento, mencionar as várias etapas ou atividades de um projeto deste tipo, para que se veja a importância do historiador e o papel relevante que tem a desempenhar nestes casos, sem diminuir em nada, porém só valorizando, o trabalho dos demais especialistas envolvidos na questão.

Quando se pretende fazer um projeto de restauração de um monumento ou um conjunto arquitetônico, em geral temos cinco grandes momentos (não estanques e em alguns casos interpenetrantes): 1). — os levantamentos a serem feitos no próprio local onde se encontra o monumento; 2). — a organização e interpretação do material; 3). — a elaboração do projeto final; 4). — a restauração propriamente dita e 5). — O uso e a conservação, posteriores ao restauro, do monumento ou conjunto arquitetônico. Cada um destes itens compreende uma série de atividades, que mencionaremos de um modo geral para vários tipos de monumentos, ficando porém claro que em cada caso particular se deve fazer toda uma série de estudos, levantamentos e projetos especificados para o tipo de monumento em questão.

*

1). — *Levantamentos a serem feitos no próprio local:*

— Localização geográfica (do monumento na rua e quarteirões adjacentes, orientação das fachadas ou lados em relação aos pontos cardeais, etc.).

— Levantamento fotográfico completo (monumento no contexto, todos os seus lados, interior, detalhes importantes).

— Levantamento histórico (nesta fase informações com os moradores para levantar a tradição existente, procura de fontes secundárias e arrolamentos primárias no próprio local).

— Levantamento gráfico (desenhos de fachadas e plantas, medidas das distâncias todas, levantamento dos detalhes, etc.).

— Descrição do estado em que foi encontrado o monumento, seu uso, inventário do que continha:

— sistemas construtivos e seu estado: alicerce, estrutura, vedação, vãos, fechamento dos vãos.

— elementos internos: forros, soalhos, ornamentação, pinturas, feragens usadas.

— peças móveis: nichos, imagens, mobiliário.

— Levantamento dos recursos da região (que foram e podem ser utilizados como metrial construtivo ou matéria prima de outras obras

— sai inclusive mais barato realizar a obra com recursos locais).

*

2. — *Organização e interpretação do material:*

— Procurar cartografia histórica e iconografia de várias épocas sobre o monumento.

— Localizá-lo geograficamente no município ou Estado.

— Elaboração das plantas, cortes, elevações arquitetônicas a partir do levantamento gráfico feito no local (e com auxílio das fotografias tiradas).

— Estudo de edifícios semelhantes na região ou edifícios outros da mesma época para análise arquitetônica e estilística, e reconstituição dos elementos já deturpados.

— Levantamento de fontes secundárias sobre a história do lugar e do monumento e procura e arrolamento das fontes primárias fora do local — arquivos do Município, do Estado, da Diocese, etc.

— Crítica das diversas informações históricas conseguidas com as pessoas informantes, fontes secundárias e arrolamento das fontes primárias encontradas, e elaboração de um roteiro histórico do monumento e do lugar onde ele se situa.

— Confronto das informações históricas com a análise arquitetural e estilística para novas críticas e pistas de pesquisa.

— Elaboração de plantas, cortes e perspectivas de reconstituição do monumento, eliminando os elementos adulterados.

— Estudo da resistência dos materiais empregados na construção, quais os que precisam ser consolidados ou reforçados, infiltrações de água ou de bichos (térmitas), providências a tomar, etc.

— Estudo de instalações hidráulicas — seus problemas e estudo das soluções.

— Estudo da parte elétrica, sugestões técnicas para iluminação em função do uso que vai ter o monumento depois de restaurado e da valorização de suas partes e detalhes importantes.

*

3. — *Elaboração do projeto final:*

— Resumo histórico do local e do monumento com base nas informações dos habitantes, dados estilísticos e arquitetônicos, fontes secundárias e arrolamento da documentação primária encontrada no próprio local ou em diversos arquivos.

— Projeto de realização de levantamento histórico completo, utilizando as fontes primárias encontradas e procurando novas fontes de informação.

— Memória descritiva (arquitetônica) com justificativa do projeto de restauro.

— Plantas várias — indicando o que deve ficar como está, o que deve ser demolido, o que deve ser restaurado ou reconstruído.

— Elevação das fachadas, e cortes e perspectivas quando necessários.

— Projeto de instalações hidráulicas.

— Projeto de instalação elétrica.

— Projeto de urbanização em volta do monumento, quando for o caso.

— Sugestões para uso e conservação do monumento depois de restaurado.

— Sugestões para o envolvimento da população da área quando se tratar de conjunto arquitetônico ou mesmo de um só monumento, porem destinado a uso público.

— Apresentação fotográfica do monumento, desenhos artísticos, etc.

— Sugestões para o financiamento da obra (precedido pelo orçamento calculado para a mesma).

— Previsão do tempo de execução da obra e cronograma, se for o caso.

*

4). — *Restauração propriamente dita.*

executando tudo aquilo que foi previsto nos diversos projetos.

Aqui cabem alguns requintes que poderão ou não ser realizados de acordo com as características da obra e a decisão do arquiteto chefe da restauração, como sejam:

— peneiramento do entulho da obra visando encontrar elementos de interesse para a reconstrução de algum detalhe (técnica arqueológica).

— elaboração dos elementos construtivos necessários, o que pressupõe que se encontrem olarias e artesãos especializados para realizar este tipo de trabalho: adobe, taipa, esteira para forro (muito usada

em Minas Gerais), peças de madeira: vigas, telhados, janelas e portas; restauro do mobiliário, etc.

— colocação de um livro de visitas na obra para os especialistas deixarem as suas impressões e para pessoas da cidade que levam informações sobre o monumento em tempos anteriores ao da obra.

(êstes requintes foram usados por exemplo na restauração do Teatro de Sabará, dirigida pelo arquiteto Luciano Amedée Peret).

— Mister se faz que durante a obra se vá elaborando um *dossiê da restauração* com descrição dos processos e técnicas específicas usadas, fotografias dos principais momentos, pessoal que trabalhou na obra, material empregado, despesas, problemas surgidos e como foram solucionados, etc.

— Elaboração de um texto final sobre o monumento:

— classificando o monumento em relação a outros monumentos do mesmo tipo ou função, da mesma área geográfica ou de outras.

— agrupando todo o material histórico e arqueológico sobre o qual se apoiam as conclusões .

— desenvolvendo os problemas de crítica dos textos e informações a partir dos documentos e da análise arquitetônica e estilística.

— dando a localização do monumento .

— mencionando as referências bibliográficas, documentais, cartográficas e iconográficas.

— anexando plantas exatas do edifício e sempre que possível, fotografias .

*

5). — *Uso e conservação, posteriores ao restauro, do monumento ou conjunto arquitetônico:*

É claro que, se alguma instituição, governo ou pessoa se propõe a arcar com as despesas de restauração de um monumento é porque, além do seu valor histórico e artístico — e até mesmo para preservá-lo adequadamente — se pretende dar uma função a este monumento depois de restaurado. E esta função já deve ter sido definida desde início dos estudos e levantamentos para a restauração pois vai condicionar algumas partes da mesma (instalações hidráulicas e elétricas por exemplo variam bastantes segundo o uso a ser dado ao monumento).

Em qualquer caso, porem, algumas medidas são fundamentais:

— Cuidadoso planejamento do uso do monumento e da sua conservação depois de restaurado (que devem vir já previstos no projeto final).

— Envolvimento da comunidade local, conscientizando-a do valor histórico e artístico do monumento, do uso adequado que poderão fazer dele, da sua importância dentro do contexto local e regional. Isto poderia ser feito através de palestras amplamente divulgadas para toda a população no próprio monumento, de pequenos cursos ministrados aos professores locais (de curso primário, ginasial, técnico e colegial), aos guardas-mirins ou guias turísticos da cidade, etc.

— Além disso pode-se pensar na propaganda e divulgação do monumento e seu uso atual (museu, centro de documentação, pinacoteca, escola de arte, biblioteca, etc, etc.) através de folhetos mimeografados ou impressos, de *slides* turísticos (feitos por companhias comerciais e postos à venda em toda a cidade e no próprio monumento) etc.

Evidentemente que tudo isto é válido segundo o dimensionamento da obra e do fim específico a que ela se destina depois de restaurada (pode se tratar de uma casa particular tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e restaurada pelo seu proprietário, que neste caso será usada para fins meramente residenciais, por exemplo). É preciso frisar porém que só compensa o esforço de restauração se o edifício for ser usado e conservado depois de restaurado.

*

Apenas a título de exemplo anexamos à presente comunicação o projeto que fizemos de levantamento histórico e folclórico e envolvimento da comunidade de um pequeno arraial de inícios do século XVIII na região mineradora: São Bartolomeu, distrito do município de Ouro Preto de cuja sede dista cerca de 8 a 10 kms.

Este projeto foi por nós pessoalmente elaborado como a parte que cabia à nossa especialidade do Projeto global de Recuperação de São Bartolomeu, trabalho prático de uma equipe de 25 elementos formada por 3 arquitetos, 2 engenheiros, 5 ou 6 técnicos em restauração (de imagens e elementos de talha), um historiador e vários estudantes de Arquitetura e Belas Artes, todos alunos do Curso de Arquitetura Barroca do VII Festival de Inverno promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais em Ouro Preto, julho de 1973, sob a direção do Prof. Ivo Porto de Menezes.

* *

*

PROJETO DE LEVANTAMENTO HISTÓRICO E FOLCLÓRICO DO ARRAIAL DE SÃO BARTOLOMEU.

INTRODUÇÃO

Tratando-se de um projeto interdisciplinar para o restauro e conservação de um conjunto arquitetônico de grande valor artístico e histórico, mister

se faz, ao lado do projeto de restauração arquitetônica e de elementos artísticos, um projeto de levantamento histórico e folclórico que torne conhecidas e valorize a tradição e história locais.

Dado o âmbito de simples projeto e não ainda a realização propriamente dita do levantamento histórico e folclórico, nos propusemos nestes dez dias que tivemos para elaboração do projeto, a levantar com pessoas da região e em fontes secundárias uma breve linha histórica do povoado, procurando ao mesmo tempo localizar e arrolar as fontes primárias existentes para a pesquisa propriamente dita.

Tivemos naturalmente uma série de pequenas dificuldades que de certa forma limitaram o nosso trabalho. Em primeiro lugar, desconhecíamos as peculiaridades da história regional e local o que nos levou a uma certa perda de tempo até descobrirmos que dois nomes diferentes se referiam a um mesmo lugar sendo um a antiga denominação e outro o novo nome, por exemplo. Em seguida, por ser São Bartolomeu um mero distrito — e não dos mais prósperos economicamente — de Ouro Preto, com um acesso mais ou menos difícil (uma das estradas é só transitável em tempo seco; fora isto mister se faz ir até lá passando por Cachoeira do Campo, encompridando razoavelmente o caminho) poucas foram as pessoas consultadas que souberam informar alguma coisa sobre sua história ou possíveis fontes. Pela mesma razão a bibliografia e fontes secundárias consultadas traziam dados escassos e muito sucintos.

No que se refere ao arrolamento das fontes primárias existentes, tivemos a sorte de encontrar uma série de livros ainda conservados na própria Igreja em São Bartolomeu pelo seu cuidadoso zelador Sr. Antônio Xavier Assunção, se bem que muitos livros encontrados estavam totalmente misturados e fora de ordem, demandando do prof. Ivo um paciente trabalho de separação e ordenação dos mesmos. Continuando porém na busca de novas fontes primárias em Cachoeira do Campo, paróquia a que pertence atualmente São Bartolomeu, e cujo pároco guarda alguns livros de lá, segundo nos informou o zelador da igreja, tivemos a infelicidade de não encontra-lo nas duas vezes que o procuramos, por atender este pároco a uma vasta região e precisar em consequência estar frequentemente viajando pelas diversas localidades.

Estivemos ainda na Cúria Metropolitana de Mariana onde, com a gentil acolhida do Mons. Denis Valle, tivemos a oportunidade de consultar o Livro de Registro de Paróquias e Patrimônio (do século XIX) e um livro de visitas pastorais de D. Frei José da Santíssima Trindade que em 1822 esteve em São Bartolomeu. Por esta amostra queremos acreditar que o Arquivo da Cúria possua outros interessantes documentos: livros de visitas de outros bispos ou padres visitantes, registro das freguesias, etc. a se em identificados mediante pesquisa mais detalhada no Arquivo que não tivemos infelizmente a oportunidade de fazer.

Na redação do resumo histórico de São Bartolomeu e sua mat.iz, dada a natureza fragmentária dos dados obtidos apenas com informantes e fontes secundárias, não pudemos resistir à tentação de utilizar também — embora não tivesse sido este o nosso propósito inicial — alguns dados de fontes primárias colhidos das pesquisas do prof. Ivo Porto de Menezes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e de algumas leituras a que ele sufregamente se dedicou dos livros recém-encontrados em São Bartolomeu. Tais informações esclareciam e completavam alguns pontos importantes de modo que resolvemos já no p o jeto lançar mão delas.

Antes de passarmos ao resumo histórico do arraial queremos deixar o nosso reconhecido agradecimento ao Diretor do Museu da Inconfidência, p of. Orlandino Seitas Fernandes, sempre solícito ao orientar-nos na bibliografia e dirimir-nos muitas dúvidas, e de um modo muito especial ao coordenado do Curso de Arquitetura Barroca do VII Festival de Inverno e Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal de Ouro Preto, p of. Ivo Porto de Menezes que durante todo o nosso levantamento para a execução deste p o jeto foi um precioso e paciente orientador, colaborador e revisor.

*

RESUMO HISTÓRICO DO ARRAIAL DE SÃO BARTOLOMEU.

Segundo o prof. Diogo de Vasconcelos na sua importante obra *História Antiga das Minas Gerais*, a origem de São Bartolomeu remonta ao início mesmo do século XVIII. Nos anos de 1700-01 houve uma grande fome na serra de Ouro Preto com a conseqüente debandada dos seus moradores. Alguns voltaram para São Paulo e o caso mais conhecido é o do famoso Padre Faria que foi se instalar em Guaratinguetá de onde vieram. Outros dispersaram-se pelos matos e campinas próximos, ainda não devassados, à procura de lugares onde pudessem encontrar com facilidade caça e frutos silvestres, localizando-se nestes pontos de melhores condições de vida. Vários povoados surgiram nesta época em conseqüência da dispersão — Camargos, Bonfim do Mato Dentro (mais tarde conhecido como arraial de Antônio Pereira pelo nome do português seu fundador), Cachoeira do Campo, Casa Branca (hoje Glaura), Rio de Pedras e o nosso São Bartolomeu.

À medida que se sedentarizavam nestes locais iam seus povoadores explorando os ribeiros da região à procura de novas catas, no que foram muitas vezes bem sucedidos, e foram formando núcleos mais estáveis, onde logo havia a preocupação de erigirem capelas, muitas das quais datam destes primórdios.

Embora não tivéssemos conseguido informações mais detalhadas, queremos crer que pelo decorrer dos séculos XVIII e XIX o povoado de São Bartolomeu viveu não só do ouro encontrado em suas proximidades, se bem que

em quantidades moderadas, como da lavoura e pequena criação a que se dedicavam seus habitantes. Nunca foi um grande centro e as notícias sobre sua população que temos em varios anos do século XIX (1822, 1823, 1850, 1862) nos dão numeros que vão de 1.700 a 2.200 habitantes o que, se pode ia indicar um pequeno crescimento ocorrido naquele século, conuuz po.em a longo p.azo a uma relativa estagnação e decadência pois nos censos mais recentes tivemos: em 1960, 1.930 habitantes e em 1970, 1.732 para o distrito em questão.

No século XIX era explo:ada sistematicamente a mina de Tapera, a mais conhecida na região, pela família ouropretana dos Campos. Alem disso, muitos morado.es ainda faiscavam nos leitos dos rios até o início deste século. O fo.te, porem, de região nos últimos tempos tem sido a agricultura e o dist.ito é famoso pela fabricação de doces de frutas. Há poucos anos começou a dar uma praga nas plantações e a produção de doces diminuiu, embo:a se continuasse fabricando doce de leite.

Outra informação bastante interessante que obtivemos, sem pode.mos contudo conhecer bem já as suas origens, foi a de que a maior pa.te dos habitantes de São Bartolomeu é de cor escura. De fato, podemos comprovar historicamente esta preponderância negra po:: 1). — a grande importância que teve desde o início do século XVIII a I.mandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que inclusive const.uuiu uma volumosa capela lateral de corpo saliente à nave da Igreja, e de cuja pad.oeira foram encontradas nada menos que três imagens na Igreja. 2.) — A existência até hoje conse.vada de três dos quatro santos que co.stituíam, segundo o prof. Orlandino Seitas Fernandes, o chamado "Panteão" negro: Santa Efigênia, que foi princesa da Núbia, Santo Elesbão que era etíope e São Benedito (de Palermo, porem inco.porado, como Santo Antônio de Noto cuja imagem não encontramos atualmente na Igreja de São Bartolomeu, ao panteão dos santos neg os). 3). — a menção ocasional nos livros ma.uscritos encontrados, de danças dos negros, plenamente confirmada pela tradição o al recolhida em São Bartolomeu.

Ora, conhecida a contribuição ao folclore trazida pelo negro em várias regiões do Brasil, sabido que ainda hoje, com parques recu sos e poucos habitantes, se fazem festas tradicionais na região como as do Corpo de Deus, São Bartolomeu e Nossa Senhora das Mercês, se pode desde já aquilatar o inte esse não só histórico como também folcló:ico da localidade.

*

HISTÓRICO DA MATRIZ, IRMANDADES E CAPELAS FILIAIS.

Antes de passarmos à história da Igreja, outrora matriz de São Bartolomeu gostaríamos de tecer umas poucas considerações sobre a situação da Igreja na região de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

Em primeiro lugar cabe lembrar que o Rei de Portugal possuía o direito do Padroado (a ele cabia a apresentação de igrejas e beneficios bem como a cobrança e administração dos dízimos, devendo também o monarca

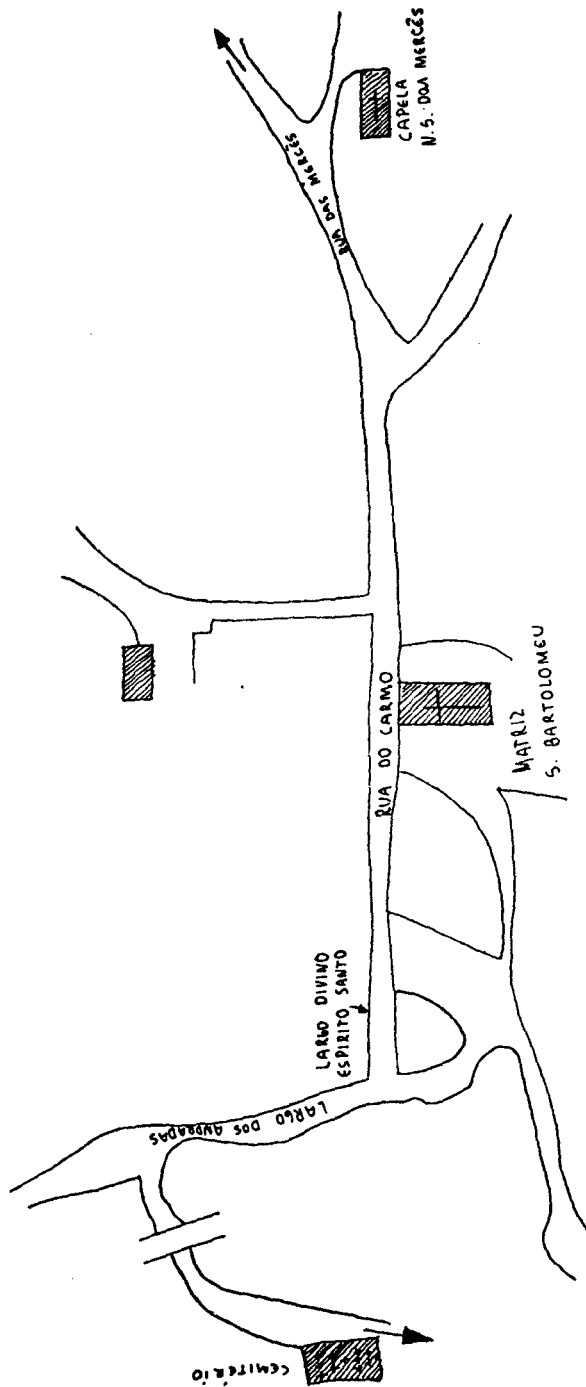
fazer todas as despesas necessárias à manutenção do culto), como Grão-Mestre que era das Ordens de Cristo, Santiago e São Bento que conseguiram tal privilégio por bulas de vários papas nos fins do século XV e durante o século XVI.

Com o regime do Padroado da Coroa, os vigários eram pagos pelo Reino, embora nomeados *ad nutum* pelos bispos ou arcebispos responsáveis por cada freguesia, mediante indicação prévia de nomes por Carta Régia e no século XIX por Cartas Imperiais ou de Presidentes de Província. Os vigários eram "collados", isto é, recebiam a cola ou cônica real, além de outras contribuições (as famosas conhecenças, por exemplo) que cobravam dos fiéis. Era uma posição cobiçada e frequentemente conseguiam-se indicações por parte de gente poderosa sendo portanto comum a substituição amudada de vigários e capelães, notando-se, sobretudo no século XVIII, uma grande instabilidade nestes cargos. Ao deixar a igreja para o padre que o substitua cada vigário costumava fazer um inventário da "fábrica" que possuía a igreja à época de sua saída, sempre comparada com a relação do seu antecessor e muitas vezes conferida e assinada pelo seu sucessor. Tais inventários se constituem em preciosos documentos que nos informam sobre o acervo da igreja, datação e muitas vezes origem de suas imagens, ourivesaria e ornamentos. Felizmente encontramos alguns destes inventários entre os livros que ainda estavam na igreja de São Bartolomeu.

As freguesias da capitania das Minas estavam até 1746, quando foi criado o bispado de Mariana, submetidos ao Bispado do Rio de Janeiro. E ocorreu em todo o século XVIII e também XIX que os bispos pessoalmente visitavam as várias freguesias ou, o que era bem frequente, enviavam padres visitantes que relatavam tudo o que encontravam e tomavam providências para que tudo fosse feito na conformidade da legislação canônica e dos interesses da Diocese. Encontramos em São Bartolomeu um Livro de Registros de visitas de 1727 a 1762 e no Arquivo da Cúria de Mariana vimos o livro de visitas de D. Frei José da Santíssima Trindade de 1821 a 1826, acreditando que lá existam outros livros de visitas de outros bispos com as preciosas informações que tais livros sempre contem.

Ainda queremos lembrar uma peculiaridade da região mineira que foi a proibição por vários Alvarás e Cartas Régias, desde cedo, da vinda de religiosos de ordens ou de padres que não fossem indicados especificamente para alguma freguesia ou capela, mandando-se sempre expulsar da região os que porventura aí estivessem sem alguma atribuição específica (1).

(1). — Ver, só a título de exemplo, a coleção das próprias leis, cartas régias, avisos e ordens que se acham nos livros da secretaria do governo desta capitania de Minas Gerais, deduzidas por ordem a títulos separados — Título 1º Religiões, clérigos e materias eclesiásticas, reproduzidas nas pp. 393 a 403 da *Revista do Arquivo Público Mineiro* vol. XVI — 1911).



Isso levou a um florescimento bastante grande de confrarias e irmandades leigas que foram as responsáveis pela construção e manutenção de quase todas as igrejas e capelas mineiras (exceção às Capelas particulares e de fazendas).

*

Histórico da Matriz.

Os assentos mais antigos desta freguesia datam de 1716, razão por que se pensava ter sido nesta ocasião erigida em freguesia, mas supomos que deva ter sido de pelo menos um ou dois anos antes, pois o prof. Ivo Porto de Menezes encontrou no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa um documento datado de 22 de fevereiro de 1716 relacionando a igreja de São Bartolomeu como uma das sete que já eram paróquias nas Minas naquela ocasião.

Por Ordem Régia de 16 de fevereiro de 1724 foi a igreja de São Bartolomeu, juntamente com outras 19 igrejas de Minas, erigida em vigararia colada. Já era portanto uma igreja conhecida e importante na época, mas não tinha ainda a forma arquitetônica com corpo saliente do lado da Epístola, que hoje apresenta.

Este corpo saliente corresponde à capela lateral de Nossa Senhora do Rosário erigida a partir de 1738 pela irmandade dos pretos da mesma invocação. O visitador que aí esteve neste ano. Pe. Francisco Pinheiro da Fonseca, mencionou a construção que estavam fazendo de uma capela anexa à matriz, com "sancrestia e casa de fábrica" que por muito grande e funda ficava defeituosa. Mandou suspender as obras e que dentro de quatro meses os irmãos fizessem um requerimento especificado ao Bispo e se este não autorizasse a sua continuação fosse ela demolida e o altar de Nossa Senhora do Rosário posto no mesmo lugar em que estava antes. Parece que os irmãos conseguiram de alguma maneira, antes ou depois de construído a capela, a aprovação da obra, visto que ela continua lá até hoje e nas dimensões propostas inicialmente, projetando-se como um corpo saliente da planta geral da Igreja. Esta solução que nos lembra a das capelas terceiras franciscanas que se anexavam, no litoral, às igrejas conventuais, é bastante estranha às construções mineiras da época, constituindo-se exemplo, se não único, pelo menos muito raro no gênero nesta região.

Neste mesmo ano de 1738 o altar mor deveria estar em obras pois o mesmo visitador recomenda que quando estiver feita a obra dele não se tire daí o sacrário com o Santíssimo Sacramento, que se estava pretendendo conservar "no último altar da igreja", sem ordem expressa do Bispo para tanto.

A próxima notícia que conseguimos obter sobre a Matriz foi de um outro visitador, Ps. Dr. José dos Santos que aí esteve em 1761 e recomendou ao vigário que recorresse ao Rei pedindo ornamentos para a igreja,

"como tão bem se digne mandar renovar a sacristia dela que se acha muito ruínosa e indecente".

Em 1785 sabemos, por um documento do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa que São Bartolomeu era uma das 51 paróquias do Bispado de Mariana e tinha de rendas:

Deitios paroquiais	492\$300
Côngrua da Real Fazenda	200\$000

No poial do muro em frente à igreja encontramos inscrita na pedra a data de 1788 sem sabermos contudo exatamente a que podemos atribuí-la.

Do ano de 1822 conseguimos as informações do Bispo D. Frei José da Santíssima Trindade na visita que fez à freguesia de São Bartolomeu. Nesta ocasião o rendimento com a côngrua era de 400\$000; a matriz tinha três altares

“pobremente ornados mas com paramentos para o sacrifício decentes”.

As paredes achavam-se arruinadas e para o seu reparo um devoto aplicara 12\$000. O Bispo solicitou então aos

“aplicados que melhor podiam subscreverem as suas esmolas, cujas subscrições chegaram a 1:00\$000 Rs”.

No pavimento que fez por ocasião da sua visita, o Bispo louvou muito o zelo do pároco no cumprimento dos seus deveres e

“o zelo de seus paroquianos na prontidão com que se comprometeram de eficazmente reedificar a Igreja matriz e de fazerem de pedra a pia batismal e de conservarem a mesma decência que observamos nos ornamentos e vasos sagrados”.

A decadência já era manifesta e seu reconhecimento oficial se deu pelo decreto da Regência datado de 14 de julho de 1832 que contemplou as paróquias de São Bartolomeu e Casa Branca como curatos e as anexou à paróquia de Cachoeira, condição que até hoje mantem.

Reafirmando esta decadência, encontramos entre os livros achados na Igreja um requerimento da Irmandade do Santíssimo ao então Presidente da Província pedindo seu auxílio dado

“o estado de ruína em que se encontra a matriz, toda escorada com paus por fora e de presente tem aberto em alguns lugares com as águas” alagando “a pobreza patente da freguesia”

incapaz portanto de assumir as despesas necessárias.

É possível que algum tempo depois tenham sido feitas realmente algumas obras ou melhorias na Igreja, pois um dos seus sinos traz a data de 1853.

E de fato a Presidência da Província assumiu a obrigação de cuidar das matrizes e capelas que necessitavam de reparos e construções, como é atestado por leis provinciais que destinavam verbas para tanto. Conhecemos duas delas: a lei nº 1145 de 4 de outubro de 1862 e a lei 1185 de 19 de julho de 1872 que destinavam respectivamente 400\$ e 500\$ para o reparo e construção de cada matriz e capela mencionada, sendo que em ambos os casos São Bartolomeu é contemplada com o auxílio.

Encontramos também entre os livros que estavam na Igreja um documento solto, datado de 17 de agosto de 1874 com as despesas referentes a parte da obra da igreja (acampamento do corpo da Igreja e reparo do forro da sacristia).

A partir daí temos apenas as informações orais fornecidas pelo Sr. Antônio, zelador da Igreja de que, em 1932-33 fizeram serviço na torre (o que é plenamente possível pois um dos sinos, feito por João Glória em Itabirito, traz a data de 1935), em 1956 caiu-se a igreja e em 1970 foram feitas pequenas partes de paredes em tijolos.

*

Irmandades.

A igreja, como era comum no século XVIII, abrigou em seu seio numerosas irmandades. De algumas delas conseguimos uns poucos dados, mas muito ainda há a pesquisar sobre elas.

A primeira que citaremos é a Irmandade padroeira, de São Bartolomeu, certamente a mais antiga e responsável pela ereção da capela-mor da igreja, como era costume na época (a Irmandade do Padroeiro e a do Santíssimo Sacramento, no caso de matrizes, é que construíam a capela-mor) e a igreja de São Bartolomeu era paróquia e portanto matriz em 1716, quando já era uma das igrejas de maior projeção na região das Minas). Embora não encontrássemos informações mais específicas sobre ela, queremos crer que esteve viva e atuante durante todo o período, o que atesta não só as duas imagens do santo que foram encontradas na igreja, uma de estilo de inícios do século XIX como a persistência ainda hoje da festa de São Bartolomeu, tradicional na região desde os tempos mais recuados.

Em seguida, por antiguidade de registros, mencionaremos a Irmandade de Santo Antônio. Encontramos a sua provisão de ereção em 12/9/1716, um livro de Receita e Despesa desta Irmandade cobrindo o período de 1717 a 1818 outro de 1819 a 1915, livros de Termos da Irmandade que vão de 1719 a 1799 de um livro de Entrada de Irmãos de 1865 a 1879. O 1º livro de despesas, com termo de abertura datado de Vila Rica a 4 de setembro de 1717 já no ano seguinte registra a feitura do Compromisso da Irmandade bem acabado, com veludo e prata, bem como de um crucifixo e da imagem de Santo Antônio que foi estofada em 1719.

Em 1721/22 esta irmandade começa a construção do seu altar cujo retábulo foi dourado e pintado por Joam Mis que figura no livro de despesas como recebendo dinheiro por seu trabalho até 1730 quer por ter demorado a obra ou, o que é muito provável, por não ter a irmandade recursos para pagar toda a obra de uma vez e ir pagando parceladamente.

Em 1731 a Irmandade de Santo Antônio pediu ao Rei licença para ter um ermitão para pedir esmolas para reformas e compras da capela do seu santo, despachado em 1731, conforme documento no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Por todo o século XVIII e entrando pelo XIX esta irmandade manteve a trezena de Santo Antônio, sempre com músicos contratados especialmente para as festas, muitas vezes músicos de fora que tinham que ser sustentados durante sua estada em São Bartolomeu ou então recebiam pelo seu trabalho uma quantia maior "a seco". Faziam sempre celebrar missa com sermão, que não deixavam de remunerar ao padre que o pregava, e procissão.

Ainda sabemos pelos mesmos livros de despesas que em 1786 fizeram uma pequena reforma em seu altar, tendo para tal fim pago carapina e pintor, e mandaram consertar as sacras.

Bastante antiga é também nesta igreja a Irmandade de Nossa Senhora do Pilar cuja imagem Frei Agostino de Santa Maria teve oportunidade de ver e descreveu no seu famoso Santuário Mariano publicado em 1723. Dela encontramos algumas folhas do seu livro de receita e despesas de 1723 a 1731, trecho de inventário de seus bens no ano ainda de 1731 e em 1750 uma referência do Vigário Domingos Francisco da Costa, no inventário que fez ao passar a igreja a seu sucessor, de que

“os bens que eram das Irmandades do Padroeiro, Santo Antônio e Pilar se devem procurar pr a Fabrica por as Irmandades estarem destituídas”,

o que, a não ser que se trate de uma situação passageira, não é verdade no caso de Santo Antônio, pelos livros que dela encontramos e também pouco provável no que se refere à de São Bartolomeu, dada a tradição que se manteve, mas sobre a irmandade do Pilar não conseguimos, neste estágio, encontrar de fato nenhuma outra referência.

Igualmente antiga e de excepcional importancia é a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de cuja capela de grandes dimensões já tratamos ao falar do histórico da igreja. Já antes de 1723 Frei Agostinho de Santa Maria viu também af uma imagem de Nossa Senhora do Rosário que descreve no Santuário Mariano, e atualmente foram encontradas na igreja nada menos que três imagens desta invocação.

Erigida em Matriz, logo teve a Igreja de São Bartolomeu a sua Irmandade do Santíssimo Sacramento, responsável em todas as matizes pela conservação da igreja e zelo de seus bens. Não encontramos até agora referência de sua fundação, mas desde cedo certamente já funcionava; há uma referência a ela em 1750 pelo vigário Domingos Francisco da Costa mencionando-a como existente há muitos anos. E foi esta Irmandade que fez em 1835 o requerimento de pedido de auxílio ao Presidente da Província para reparos na Igreja, que mencionamos anteriormente.

Quase sempre onde havia uma irmandade do Santíssimo Sacramento havia uma de São Miguel e Anas e na igreja de São Bartolomeu isto se confirmou. Dela encontramos aí o livro de Receita e Despesas com datas extremas 1722 a 1808 e o livro de eleição de irmãos de 1725 a 1781, com um documento solto de eleição de mesa feita em 1814 para o ano de 1815.

Ainda encontramos da igreja três documentos esparsos de uma Irmandade de Nossa Senhora da Conceição-Receita de 1733 e dois requerimentos: um de 1835 e um de 1837, sendo também achada aí uma imagem desta invocação.

Em 1761 o visitador Dr. José dos Santos sugeriu a criação aí na freguesia de São Bartolomeu de uma irmandade dos Sagrados Corações de Jesus, Maria e José, de cuja concretização, porém, não encontramos nenhuma referência.

Como pistas a sugerir pesquisas que lhes justifiquem a existência aí, temos ainda as imagens que foram encontradas na igreja, sem que conseguíssemos referência a irmandades de sua invocação ou à sua existência como bens pertencentes à matriz nos três inventários feitos por vigários já lidos até o presente pelo Prof. Ivo Porto de Menezes, dos anos de 1736, 1738 e 1750. São elas: as imagens dos santos do chamado "panteão" negro — Santa Efigênia, Santo Elesbão e São Benedito; a volumosa e bela imagem de São João Nepomuceno; a de Nossa Senhora do Carmo atribuível quem sabe ao próprio Aleijadinho, uma Nossa Senhora das Dores e uma Nossa Senhora das Candeias

*

Capelas Filiais.

Tendo-se constituído em matriz desde seus primórdios, era natural que as pequenas capelas construídas em suas imediações ou dentro do termo de sua freguesia (2) ficassem constituídas em suas capelas filiais.

(2). — Em 1822 a freguesia de São Bartolomeu tinha nove léguas de comprimento, segundo o bispo D. Frei José da Santíssima Trindade, e em 1864 tinha de norte a sul seis léguas e de leste a oeste duas e meia, segundo o almanaque da província de Minas referente a este ano.

Como mais frequentemente citadas temos as de: Santo Antônio do Capanema, a quatro léguas da matriz e a de Nossa Senhora da Conceição do rio acima, a sete léguas da matriz, ambas de grande importância por se em inclusive capelas curadas, isto é, tinham um cura ou capelão permanentemente responsável por elas. Em 1822 por ocasião da visita do bispo D. Frei José da Santíssima Trindade a capela de Nossa Senhora da Conceição estava sem capelão e o Bispo ordenou ao vigário que sem demora provesse um capelão para lá. Por esta ocasião a capela de Santo Antônio do Capanema tinha umas duzentas e tantas almas ao seu redor, enquanto que a de Nossa Senhora da Conceição Rio Acima atendia a cerca de 500 almas, contando a freguesia de São Bartolomeu inteira por volta de 1700 almas.

Ainda muito citada por estarem seus livros na matriz, pelos inventários que faziam os vigários ao saírem da freguesia era a capela filial de Santa Bárbara de que inclusive encontramos livros de óbitos, testamentos etc, com datas entre 1738 e 1776 na Igreja de São Bartolomeu. Folheando tais documentos viu o prof. Ivo várias referências de que esta capela pertencia ao termo civil de Vila Nova da Rainha de Café, o que justifica a ausência de referência a ela nas fontes secundárias que consultamos sobre a história do município de Ouro Preto.

Em 1752 o visitador Dr. José dos Santos passou por uma capela que disse ser filial de São Bartolomeu, com o nome de Nossa Senhora do Monte do Carmo, tendo inclusive mandado que se pusessem molduras, pintassem-nas e dourassem-lhe os frisos, no painel da imagem da mesma Senhora que classificou de "perfeitíssimo". Mas foi esta a única referência que conseguimos obter desta capela.

O caso mais problemático para nós foi, porém, o da Capela de Nossa Senhora das Mercês, até hoje existente a pouca distância da igreja matriz, num alto bem visível de onde se descortina também um belo panorama de todo o povoado de São Bartolomeu.

Sobre esta capela encontramos apenas referência do bispo D. Frei José da Santíssima Trindade em 1822 que disse estar ela ainda "por acabar, ha quarenta anos começada", e a sua referência no mapa estatístico das igrejas e capelas filiais curadas e não curadas do Bispado de Mariana em 1832 (que consta do livro de Registro de Paróquias e Patrimônio que consultamos).

* * *

Bibliografia utilizada:

- Almanaque Administrativo, civil e industrial da Província de Minas Gerais para o ano de 1864, organizado e redigido por A. de Assis Martins e J. Marques de Oliveira — 1º ano — Rio de Janeiro Tipografia da atualidade, 1864.

- Almanaque administrativo e industrial da Província de Minas Gerais para o ano de 1865 organizado e redigido por A. de Assis Martins e J. Marques de Oliveira 2º ano — Ouro Preto, Tipografia de Minas Gerais 1865.
- Latif (Marian de Barros), *As Minas Gerais*. Livraria Agir Editora Rio de Janeiro. 1960.
- Pinto e Souza (Bernardo Xavier) (impressor), *Memórias Históricas da Província de Minas Gerais* (circa 1850), In "Revista do Arquivo Público Mineiro", vol. XIII, p. 523 a 639.
- Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XIII — 1908 — Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.
- Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XVI — 1911 — Belo Horizonte Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1911.
- Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XVII (1912) — Belo Horizonte Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais 1913.
- Sinopse preliminar do Censo Demográfico, Minas Gerais, VIII Recenseamento Geral, 1970 — IBGE.
- Trindade (Cônego Raimundo), *Arquidiocese de Mariana, subsídios para sua História*. 3 vols. São Paulo, 1928.
- Trindade (Cônego Raimundo), *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. SPHAN. Rio de Janeiro. 1945.
- Vasconcelos (Diogo), *História Antiga das Minas Gerais*. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro. 1948, 2 vols.

Pessoas consultadas e/ou entrevistadas:

- Sr. Antônio Xavier Assunção, zelador da Igreja — Em São Bartolomeu.
 - Mons. Denis Valle, da Cúria Metropolitana — Em Mariana.
 - Prof. Caio Cesar Boschi, de Belo Horizonte, que, em visita, nos forneceu preciosas informações de pesquisas sobre Irmandades que fez nos Arquivos portugueses. — Em Ouro Preto.
 - Prof. Orlandino Seitas Fernandes, diretor do Museu da Inconfidência que nos forneceu abundantes referências bibliográficas e nos dirimiu inúmeras dúvidas — Em Ouro Preto.
 - Sr. José Pedro Xavier da Veiga, que nos deu informações de pessoas e prováveis fontes de consulta. — Em Ouro Preto.
- e ainda;
- Sr. Omar Siqueira, do Serviço de Estatística, — Em Ouro Preto.
 - Sr. João Resende, da Prefeitura. — Em Ouro Preto.
 - Sr. Rômulo Caravelli. — Em Ouro Preto.

Fontes primárias:

- Livro de Registros de Paróquias e Patrimônios — Cúria Metropolitana de Mariana.
 - Visitas pastorais de D. Frei da Santíssima Trindade, 1821 a 1826. Livro existente na Cúria Metropolitana de Mariana.
- e mais:
- informações colhidas no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa pelo prof. Ivo Porto de Menezes (uma delas, coincidente, também fornecida pelo prof. Caio Cesar Boschi).
 - alguns documentos dos livros manuscritos encontrados na Igreja e adiante arrelados, que foram lidos pelo prof. Ivo Porto de Menezes que nos passou as informações colhidas.

Arrolamento das fontes primárias encontradas em São Bartolomeu:

- “Este livro que ha de servir para nele se lançarem as Pastorais, capitulos de visita e mais ordens superiores, por ordem de S. Ex^ª Revma. vai por mim rubricado com a rubrica de que uso — Souza — e terá no fim termo de encerramento. De que para constar fis estes termo São Bartolomeu 10 de Setembro de 1801 — O Prom.or da Visita João Ferreira de Souza. Folhas numeradas e usadas até a fl. 86.
 - Documento avulso, dentro do livro acima: um pedido de ajuda do Provedor e mais oficiais da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de São Bartolomeu ao Presidente de Província, em 1835.
 - Outro documento avulso, com as despesas referente a parte da obra (acampamento do corpo da Igreja e reparo do forro da Sacristia) datado de 17 de agosto de 1874.
 - *Um livro grande composto de vários outros, a saber:*
 - Livro de Registro de visitas — 1727 a 1762 — 30 fls. e mais 2 avulsas.
 - Capela filial de Santa Bárbara — óbitos e testamentos — 1738 a 1776, 99 fls.
 - Livro de assentos de batismo de 1778 a 1785 — 8 fls. e uma de 1838.
 - Irmandade de São Miguel: Eleição de Irmãos — 1725 a 1781, fls. e uma de 1814 para o ano de 1815.
 - Irmandade de São Miguel — Livro de Receita e despesa 1722 a 1808, 27 fls.
 - Irmandade do Santíssimo — Dois requerimentos avulsos de 1835, 3 fls.
 - Irmandade de Nossa Senhora da Conceição — Receita de 1733 um requerimento de 1835 e outro de 1837 — 4 fls. ao todo.
 - Irmandade do Pilar — Receita e despesa de 1723 a 1731 e uma folha de assentamento de batismo.
 - Irmandade de Nossa Senhora do Rosário — documentos vários de 1817 a 1832, 19 fls. ao todo.
 - Livro de Casamentos — 1742 a 1747, 10 fls e de 1763 a 1769, 9 fls. e mais tres papeis de proclamadas: 1831, 1832 e 1832.
 - Livro de óbitos 1799 a 1803 — 5 fls.
 - Folhas diversas: procurações, requerimentos, pedaços de um compromisso, etc., 23 fls.
 - Livro de Pastorais. Capítulos de visitas e mais ordens superiores 1801-1883 — 86 fls.
- Documento: Irmandade de Santo Antônio — provisão de ereção em 12 de setembro de 1716.
- Documento avulso — avulso de Bens da Irmandade de Santo Antônio em 1806.
 - Documento avulso — Irmandade de Santo Antônio — eleição de 1837.
 - Documento avulso: Irmandade de Santo Antônio eleição de 1844.
 - Livro de eleição de mesa e pagamento de anuais dos Irmãos — termo de abertura de 1717 — 1^ª eleição 1716/17 fls. 1 a 65 — eleição e fls. 150 a 204 — pagamntos anuais.
 - Livro de Receita e Despesa da Irmandade de Santo Antônio de 1819 a 1915 — 12 fls.
 - Livro de entrada de Irmãos 1718 a 1910 — 48 fls.; das fls. 150 a 155 termos de 1720 a 1811; das fls. 250 um termo de 1829; das fls. 251 a 254 quitações de missas 1718 a 1833; das fls. 321 a 328 Inventários de 1718 a 1810 mais ou menos.
 - Livro de entrada de irmãos — 1865 a 1879 — Irmandade de Santo Antônio.

PROJETO PROPRIAMENTE DITO.

Justificativa.

Pelo relatório que já fizemos dos poucos dados que conseguimos obter sobre a História do arraial de São Bartolomeu e sua igreja, já se percebe automaticamente a grande importância histórica e folclórica do arraial.

Alem disso, pelo levantamento arquitetônico e pelo relatório dos estudiosos de restauração feitos pelos alunos do curso de Arquitetura Barroca do VII Festival de Inverno sob a competente direção do prof. Ivo Porto de Menezes se conhece o valor arquitetônico do conjunto formado pelas duas igrejas e várias casas de São Bartolomeu, bem como a importância artística dos vários elementos encontrados na Igreja de São Bartolomeu e Capela de Nossa Senhora das Mercês.

Como se tudo isto por si só não bastasse para justificar plenamente um amplo projeto de restauração arquitetônica e artística e de levantamento histórico e folclórico, citávamos o fato de, por possuir São Bartolomeu algumas tradições de interesse e uma tradicional indústria de doces afamada em toda a região, poder-se elaborar um plano de divulgação da história e tradição de São Bartolomeu, atraindo visitantes que em geral vem a Ouro Preto, ficam por algumas horas e se retiram, julgando ter conhecido tudo o que de interesse o município pode apresentar. A motivação que traz o turista a Ouro Preto — em geral histórica — justificaria bastante a sua ida ao antigo arraial de São Bartolomeu, típico pequeno povoado da região mineira da primeira metade do século XVIII, com suas tradições próprias e conjunto arquitetônico de grande valor e forma peculiar.

Os pontos de vista aqui expostos se vem reforçados pelo projeto que está desenvolvendo a Fundação João Pinheiro com base no Plano Viana de Lima de valorização de Ouro Preto e Mariana que, com a realização de um projeto paralelo de restauração e divulgação da história e tradição de São Bartolomeu só vem reforçar ainda mais o seu trabalho, conjuminando esforços para encaminhar um maior fluxo turístico para a região.

Alem disso a população de lá é relativamente pequena, os habitantes residentes no próprio arraial ou próximo, quase se conhecem, são muito ciosos de que é seu e de seus valores, e podem com facilidade ser motivados e envolvidos numa campanha de valorização e conservação do seu patrimônio.

*

Objetivo geral do projeto.

Conhecer mais profundamente a história e as tradições do arraial de São Bartolomeu para melhor valorizá-las e divulgá-las, constituindo-o em mais um polo de interesse da região próxima a Ouro Preto e Mariana já mais

tradicionalmente valorizadas e recentemente objeto de mais amplos estudos por parte da Fundação João Pinheiro.

*

Objetivos específicos:

- 1º). — Realizar amplo levantamento histórico do arraial e suas igrejas chegando-se a formar uma idéia bem clara de seu surgimento, evolução e posterior estagnação ou decadência.
- 2º). — Fazer um vasto levantamento das tradições orais e do folclore da região, identificando suas festas populares, seus folguedos específicos, suas estórias, recompondo-se assim o quadro da vivência popular do arraial de São Bartolomeu.
- 3º). — Envolver a comunidade do local num amplo esforço de valorização e conservação de suas tradições e monumentos históricos e artísticos, tornando-a consciente de seus próprios valores e responsável pela manutenção do núcleo de São Bartolomeu como mais um polo de atração turística.

*

Atividades:

- 1). — Para o levantamento histórico:

- Leitura cuidadosa dos livros já encontrados em São Bartolomeu (fontes primárias).
- Prosseguimento da pesquisa em fontes secundárias (viajantes, relatórios de Presidentes de Província, jornais da região, etc.).
- Localização na região de outras fontes primárias sobre São Bartolomeu: na paróquia de Cachoeira do Campo e na Cúria Metropolitana em Mariana, por exemplo, e leitura cuidadosa das mesmas.
- Pesquisa de fontes existentes no Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte.
- Procura de mapas e gravuras antigas da região (3).

*

- 2). — Para o levantamento folclórico:

- Entrevistas com os moradores do arraial para colher tradições orais, festas, costumes (questões dos oratórios nas casas) e identificar datas a se pesquisarem as festas.

(3). — As fontes primárias encontradas: livros de visitas de padres, de Receita e despesa de Irmandades, termos das mesmas, livros de batizados, casamentos, obitos etc. devem ser depois encaminhados ao Sr. Arcebispo D. Oscar de Oliveira com o especial pedido de que, colaborando no esforço que se está fazendo, dê aos mesmos o precioso cuidado que vem dispensando a muitos livros antigos que lhe chegam às mãos, mandando-os restaurar e encardernar por mão competente e habil. Sabemos que somos de interesse de S. Excia Revma. pelos estudos históricos referentes ao Arcebispado que administramos, não duvidamos de que colaborará sem reservas com os esforços que estão sendo feitos.

Ainda com estas entrevistas se procurará levantar as estórias dos milagres de São Bartolomeu e Nossa Senhora das Mercês, a importância do local como centro de romarias, as promessas e orações que se costumam fazer, etc.

- Levantamento do artesanato da região: o que se faz (doces, principalmente), quem faz, onde mora, etc.
- Levantamento das festas tradicionais de São Bartolomeu (24 de agosto), precedida de novena, Nossa Senhora das Mercês (em setembro), Corpo de Deus.
- Nas que for logo possível (São Bartolomeu e Mercês agora em agosto e setembro) fazer um levantamento fotográfico e sonoro com gravações, transcrições das letras das músicas, identificação dos grupos folclóricos, suas motivações, descrição dos folguedos, etc.
- Levantamento em jornais de referências às festas e tradições populares da região.

3). — Para o envolvimento da comunidade:

- Motivação das pessoas já durante as entrevistas que se farão para levantamento das tradições do lugar.
- Reunião, quando já estiver razoavelmente adiantado o conhecimento da história e tradição do local a partir dos levantamentos feitos, com pequenos grupos de pessoas representativas (no sentido de aceitas pelo próprio povo e não de políticos ou pessoas importantes) do lugar para discutir questões referentes a festas e tradições populares e programar com eles a sua valorização, enfatizando o uso de recursos da própria comunidade.
- Palestras audio-visuais sobre a história e tradições de São Bartolomeu para toda a população, utilizando o material que eles próprios forneceram, músicas e *slides* colhidos em suas próprias festas populares, diapositivos do arraial da matriz, capela, casas etc. de modo a que a população identifique bem como familiares e como seus tudo aquilo que está sendo apresentado e se conscientizem do grande valor que possuem.
- Reuniões com a população para esclarecimento de todo o povo, liderada pelos próprios indivíduos do lugar que já participaram de reuniões menores, assistidas mas de forma nenhuma conduzidas, por um técnico especialista, que deverá apenas como assessor e fornecedor de informações técnicas.

*

Programação:

Acreditamos que para realizar os levantamentos aqui propostos e envolvermos com a devida profundidade e aceitação íntima, a população, seria necessário um ano de atividades na região, pois assim se poderia cobrir todo o ciclo folclórico da área bem como daria tempo a que não só se fizessem os diversos levantamentos como também se organizassem os dados obtidos e chegasse a resultados finais mais concretos.

Havendo interesse governamental ou de alguma organização, acreditamos que esse trabalho possa ser feito, num ritmo acelerado, em cinco a seis meses, neste caso sugerimos que se aproveitem já os meses de agosto e setembro quando ocorrem as principais festas da região e se levante por tradição oral e entrevistas em maior profundidade, os festejos do Corpo de Deus.

*

Fontes de Financiamento.

Depois de feitos os levantamentos e o envolvimento da comunidade é de se esperar que a própria população do local se responsabilize pela manutenção e conservação das obras restauradas, porém dada a pobreza patente do distrito esta parte de levantamento histórico e folclórico, bem como a restauração dos elementos arquitetônicos e artísticos devem ser feitos com recursos externos à comunidade de São Bartolomeu.

Apenas a título de sugestão, lembramos algumas entidades que poderiam ter interesse e deixar-se facilmente envolver pelo projeto:

- Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Estadual e do próprio Município de Ouro Preto para a parte de restauração propriamente dita dos monumentos e obras de arte.
- Universidade Federal de Minas Gerais, madrinha natural do projeto que se viu num curso do Festival de Inverno que ela mesma promove.
- Governo do Estado: Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, etc.

Como idéia extra para a Documentação e divulgação de festas populares, sugerimos que se procurem grupos que tenham interesse, como o pessoal da Fotótica, dirigido por Tomas Farkas em São Paulo, ou cineastas que se dediquem à elaboração de curtas metragens por sua própria conta, ou firmas que fazem slides turísticos para venda com a *Olympia Color Slides*, *Semin* ou *Colorlab*, alguma empresa gravadora de discos, etc.

* *

*

CONCLUSÃO.

Enfatizamos mais uma vez a importância de São Bartolomeu como um conjunto arquitetônico típico de antigos arraiais da região mineira no século XVIII que por isso mesmo já se pode constituir num forte polo de atração a quantos desejem, depois de visitar a antiga Vila Rica, importante centro urbano, ver como viviam em seus pequenos núcleos, os humildes mineradores e lavadores que constituíam a maior parte dos habitantes da região na época. Raras vezes temos oportunidade de ver tão bem bem conservados estes nú-

cleos mais humildes quanto ao tamanho, porem não menos importantes quanto ao seu valor histórico e humano.

Alem disso, para todos quantos se interessam por manifestações populares, o ciclo de festas próprias da região com seus folguedos característicos se constituem em sempre renovado interesse.

Esperamos que realmente seja este projeto levado a cabo e o Estado de Minas ganhe assim mais um foco de interesse histórico folclórico e turístico dos mais peculiares, com acesso facilitado pela proximidade da cidade de Ouro Preto, tão frequentemente visitada